

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FACIC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BRUNA ALVES DIAS DE BRITO

CONTABILIDADE AMBIENTAL NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO
SUPERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

UBERLÂNDIA

2024

BRUNA ALVES DIAS DE BRITO

**CONTABILIDADE AMBIENTAL NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO
SUPERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Eduardo Mendes Nascimento

UBERLÂNDIA

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B862
2024

Brito, Bruna Alves Dias de, 1991-
Contabilidade Ambiental nas Instituições Públicas de
Ensino Superior no Estado de Minas Gerais [recurso
eletrônico] / Bruna Alves Dias de Brito. - 2024.

Orientador: Eduardo Mendes Nascimento .
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em
Ciências Contábeis.

Modo de acesso: Internet.

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Contabilidade. I. , Eduardo Mendes Nascimento,
1981-, (Orient.). II. Universidade Federal de
Uberlândia. Graduação em Ciências Contábeis. III.
Título.

CDU: 657

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

NOME DO ALUNO**Contabilidade ambiental nas instituições públicas de ensino superior do estado de Minas Gerais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Banca de Avaliação:

Prof. Eduardo Mendes Nascimento

**Prof.
Membro**

**Prof.
Membro**

Uberlândia (MG), 08 outubro de 2024

RESUMO

A inserção da disciplina de Contabilidade Ambiental nas instituições públicas de Ensino Superior no Estado de Minas Gerais demonstra-se indispensável na promoção à sustentabilidade, responsabilidade ambiental, estratégias e gestão das organizações. Por outra perspectiva, a sua contribuição acadêmica do referido assunto vulga do princípio contábil de conceber aos graduandos encarar as objeções da gestão ambiental nas instituições, considerando também fatores como resistência à mudança curricular, disponibilidade de professores qualificados e a percepção dos alunos sobre a importância do tema. Através da consulta *website*, foi realizada uma coleta de dados, utilizando-se da metodologia, classificada como exploratória com abordagem qualitativa e procedimentos técnicos bibliográficos. A revisão de literatura abordará conceitos fundamentais de contabilidade ambiental e responsabilidade socioambiental. Espera-se contribuir para um entendimento mais profundo sobre o impacto potencial da educação em contabilidade na formação dos futuros contadores, bem como oferecer recomendações para aprimorar os currículos acadêmicos nas universidades públicas mineiras.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental, sustentabilidade, Instituições Públicas de Ensino Superior, Responsabilidade Ambiental

ABSTRACT

The inclusion of the subject of Environmental Accounting in public higher education institutions in the state of Minas Gerais proves to be indispensable in promoting sustainability, environmental responsibility, strategies, and management of organizations. On the other hand, its academic contribution to the subject comes from the accounting principle of enabling undergraduates to face the objections of environmental management in institutions, also considering factors such as resistance to curricular change, availability of qualified teachers, and students' perception of the importance of the subject. Data were collected through a website consultation, using a methodology classified as exploratory with a qualitative approach and bibliographic technical procedures. The literature review will cover fundamental concepts of environmental accounting and socio-environmental responsibility. It is hoped to contribute to a deeper understanding of the potential impact of accounting education on the training of future accountants, as well as offering recommendations for improving academic curricula at public universities in Minas Gerais.

Keywords: Environmental Accounting, Sustainability, Public Higher Education Institutions, Environmental Responsibility

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
NBCT	Norma Brasileira de Contabilidade
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFVJM	Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conceitos de Contabilidade Ambiental	5
Quadro 2 – Inclusão da Contabilidade Ambiental nos campi da UEMG	11
Quadro 3 – Práticas referentes à disciplina Contabilidade Ambiental adotadas por cada instituição de ensino superior	15

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 REVISÃO DE LITERATURA	4
2.1 Contabilidade ambiental	4
2.2 Evidências empíricas	7
3 METODOLOGIA.....	8
3.1 Fontes de dados.....	8
3.2 Procedimento de coleta	8
3.3 Critério de análise	8
3.4 Instituições analisadas.....	9
3.5 Diretrizes curriculares nacionais.....	9
3.6 Revisão de literatura	10
3.7 Limitações de pesquisa	10
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	11
4.1 Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).....	11
4.2 Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)	12
4.3 Universidade Federal de Juiz De Fora (UFJF).....	12
4.4 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).....	13
4.5 Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	13
4.6 Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	13
4.7 Universidade Federal de Viçosa (UFV).....	13
4.8 Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).....	14
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS	18

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a questão ambiental nos dias de hoje exige, primordialmente, uma análise dinâmica que considere o crescimento econômico, as transformações sociais, o fenômeno da globalização e as crises econômicas e ambientais que influenciam a política global (Souza, 2014). Trazendo de uma forma mais completa, no último século, em consequência do processo industrial e do crescimento da população mundial de forma desordenada, ocorreu uma exploração intensiva dos recursos disponíveis. Com isso, surge uma preocupação futura para atenuar os impactos ambientais (Franco, 1999).

Segundo Paula, Rosa e Feil (2024), apesar dos benefícios que a Contabilidade Ambiental pode oferecer na gestão empresarial, como a melhoria da transparência e a contribuição para a sustentabilidade, sua implementação ainda enfrenta dificuldades significativas no Brasil, especialmente no que diz respeito à capacitação dos profissionais e à integração dessa disciplina em um contexto interdisciplinar.

Neste contexto, Silva e Cruz (2015) mencionam que a ascensão da globalização, associada à crescente vulnerabilidade do planeta, como a degradação ambiental, passou a ser tema central de debates sobre desenvolvimento sustentável. A preocupação com a natureza ganhou visibilidade na década de 1970, principalmente depois da Conferência de Estocolmo, na qual países começaram a compor órgãos ambientais e estabelecer legislações voltadas especificamente à proteção ambiental (Silva, 2010).

No cenário globalizado atual, estudos científicos a respeito da preservação ambiental têm ganhado destaque, refletindo sobre a crescente preocupação com a sustentabilidade. Bonelli (2002) afirma que o meio ambiente se tornou um fator fundamental na definição dos valores da sociedade, gerando novas maneiras de pensar e agir em todas as atividades produtivas.

Em decorrência disso, o avanço sustentável tem causado um impacto significativo no planejamento estratégico das organizações, em especial para aquelas que possuem a exigência de divulgação das suas ações aos *stakeholders* - grupos de interesses que são impactados pelas ações de projetos, empreendimentos e negócios (Alves; Borba; Rover, 2006). Essa influência não se limita às práticas comerciais, pois se estende também à área da contabilidade, onde a sustentabilidade tem se tornado preocupação central. Santos (2014, p. 3) define a contabilidade como a ciência que possui o objetivo de “registrar, informar, analisar e interpretar ocorrências no patrimônio de um indivíduo ou de uma empresa”.

Diante das constatações, surge a seguinte questão central: Como a disciplina de Contabilidade Ambiental foi incluída no currículo dos cursos de graduação em Ciências Contábeis nas Instituições Públicas de Ensino Superior de Minas Gerais? O objetivo geral deste projeto é analisar a inclusão da disciplina Contabilidade Ambiental nos currículos dos Cursos de Ciências Contábeis ofertados nas Universidades de Minas Gerais.

Souza e Vanzo (2008) apontam que a contabilidade ambiental é uma área de estudo que se encarrega de revelar à sociedade, de maneira clara, as informações que dizem respeito à responsabilidade socioambiental das organizações. No Brasil, a evidenciação dessas informações é regulamentada pela Norma Brasileira de Contabilidade – NBCT 15.

Na conjuntura política mundial, os governantes estão cada vez mais pressionados a aliar desenvolvimento econômico e conscientização ambiental (Veiga, 2010). Por sua vez, do ponto de vista social, cabe às universidades públicas, como locais privilegiados de produção do conhecimento, formar contadores com elevada conscientização ambiental, conscientes de seu papel na sociedade contemporânea.

Dessa forma, a relevância desta pesquisa está ancorada na crescente necessidade de integrar a sustentabilidade às práticas contábeis, o que está intrinsecamente ligado ao compromisso global com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. Esses objetivos visam promover um desenvolvimento que seja economicamente viável, socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável. Dentro desse contexto, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que ganhou destaque na década de 1980 com a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, é definido pela ONU como aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Esse princípio está fortemente associado à Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estabelecida pela Lei 9.795/99, que reforça a importância de processos educacionais que promovam a construção de valores, conhecimentos e competências voltados para a conservação do meio ambiente.

A contabilidade, por sua vez, se destaca como uma ferramenta essencial para monitorar e reportar desempenho socioambiental das organizações, garantindo que suas atividades estejam alinhadas com os princípios de sustentabilidade e contribuam para o cumprimento dos ODS.

A análise da implementação dessa disciplina nas instituições de ensino superior em Minas Gerais permite avaliar o grau de comprometimento dessas instituições com a Agenda

2030, além de identificar oportunidades para fortalecer a formação de contadores alinhados às metas globais de desenvolvimento sustentável.

A inclusão dessa disciplina nos currículos de Ciências Contábeis é, portanto, uma resposta à necessidade urgente de formar profissionais capazes de atuar de maneira consciente e responsável, em conformidade com as demandas contemporâneas por transparência e ética no mundo corporativo. A análise da implementação dessa disciplina nas instituições de ensino superior em Minas Gerais permite avaliar o grau de comprometimento dessas instituições com a Agenda 2030, além de identificar oportunidades para fortalecer a formação de contadores alinhados às metas globais de desenvolvimento sustentável.

A Contabilidade Ambiental, segundo Fahl e Manhami (2006), é uma área que preocupa o profissional contábil, pois, de acordo com Calixto (2006, p. 23):

[...] há pouco interesse de profissionais da área contábil em desenvolver estrutura conceitual e padrões para relatórios contábeis não tradicionais. Todavia, a inclusão da disciplina Contabilidade Ambiental nos currículos dos alunos de graduação será um passo positivo para assegurar o futuro do profissional contábil.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, é apresentada uma revisão dos conceitos da contabilidade ambiental, abordando desde a origem até seu desenvolvimento. Além disso, são exploradas as aplicações da contabilidade ambiental nas instituições públicas de ensino superior e empresas, e o nível de conhecimento dos profissionais da área de contabilidade sobre o tema.

O referencial teórico consiste na análise de conceitos que facilitam a compreensão da origem e do progresso em um determinado tema (Orso, 2015).

A partir da década de 1970, a preocupação com as questões ambientais ganhou destaque, especialmente após a realização da primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo (Garcia; Oliveira, 2009). No ano seguinte, surgiu um movimento incipiente com enfoque para as práticas de preservação ambiental. Em 30 de outubro de 1973, foi instituída a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) por meio do Decreto nº 73.030, cuja principal função era monitorar as mudanças no meio ambiente. Um dos eventos com notoriedade no Brasil ocorreu em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, conhecida como Rio-92. Após a conferência, as questões ambientais passaram a receber uma atenção maior.

2.1 Contabilidade ambiental

A contabilidade é reconhecida como um sistema de informações que tem como principal função auxiliar o gerenciamento das entidades, tanto aspectos internos quanto externos. De acordo com Iudícibus e Marion (1999, p. 53), “a contabilidade tem como objetivo fornecer informações estruturadas de natureza econômica financeira e, substancialmente, física e de produtividade social relevantes tanto para usuários internos quanto às entidades”.

A Contabilidade Ambiental como uma ramificação dessa ciência surge para atender as demandas relacionadas à proteção ambiental. Segundo Ribeiro (2010), essa evolução transformou as demonstrações contábeis de formas rudimentares em instrumentos refinados que vão além do gerenciamento interno, atendendo também a propósitos sociais, em resposta às mudanças no contexto em que as entidades operam.

Embora as práticas contábeis no Brasil tenham tido suas primeiras documentações com a chegada da Família Real em 1808, foi ao longo dos anos que a contabilidade passou por uma significativa evolução – de uma prática rudimentar para o instrumento refinado

(Carneiro *et al.*, 2017). Os contadores, nesse contexto, assumem um papel cada vez mais imprescindível, auxiliando as organizações na solução de questões relacionadas à degradação ambiental (Galvão; Tenório, 2009).

De acordo com Silva, Correia e Gomes Filho (2020, p. 30):

A Contabilidade Ambiental passou de fato a fazer parte das empresas em 1974, quando houve uma crise do petróleo, tendo seus preços elevados e o produto em si escasso. Naquela época, um grupo de cientistas do mundo todo se juntaram preocupados em discutir o futuro do mundo, em relação ao meio ambiente. Este grupo ficou conhecido como “Grupo de Roma”, que divulgou um relatório chamado “limites de crescimento”, onde mostra que as pessoas e principalmente as empresas deveriam se preocupar com os efeitos que suas ações geravam sobre o meio ambiente, pois caso o contrário, haveria uma escassez de recursos naturais mais rápido do que se esperava, além de impactos negativos sobre a saúde das pessoas e economia.

Dessa forma, a visão de que a responsabilidade pela preservação do meio ambiente cabia exclusivamente a grupos governamentais e ambientalistas foi ampliada, tornando-se uma preocupação de toda a humanidade, uma vez que a sobrevivência de todos depende dessa preservação (Gonçalves; Heliodoro, 2005).

Nesse sentido, a Contabilidade Ambiental complementa a contabilidade convencional ao fornecer uma estrutura teórica e ferramentas para conhecer, quantificar e detalhar ocorrências e transações relacionadas ao meio ambiente, com o objetivo de tornar a posição patrimonial de uma empresa mais transparente (Ribeiro, 2006).

Para melhor compreensão dos conceitos e abordagens da Contabilidade Ambiental, o Quadro 1 apresenta as definições de diferentes autores.

Quadro 1 – Conceitos de Contabilidade Ambiental

Autores	Conceito de contabilidade ambiental
Calixto (2006)	Define a contabilidade como uma disciplina em contínua evolução devido às influências do meio em que está inserida. Destaca também a importância das informações contábeis na tomada de decisões e no gerenciamento, justificando a sua relevância.
Souza (2004)	A contabilidade ambiental visa criar e compartilhar dados ambientais com os diferentes interessados envolvidos.
Pereira (2015)	A Contabilidade Ambiental é considerada o meio de comunicação entre a empresa e a sociedade, por meio de apresentações, como é o caso do Relatório Integrado.
Gonçalves e Heliodoro (2005)	A contabilidade não pode ignorar as questões ambientais, pois é o elo existente entre as empresas e a comunidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Embora não haja uma exigência legal de divulgação dos relatos integrados, a crescente presença desses documentos nos diferentes setores empresariais indica uma conscientização sobre a urgência de abordar o esgotamento dos recursos naturais (Pavão; Kraemer, 2019). Organizações estão cada vez mais conscientes da importância de medir e apresentar seu desempenho socioambiental.

Reforçando essa ideia, a sustentabilidade é fundamental para o sucesso de uma organização que deve ser avaliada não somente pelo lucro, mas também pelo impacto e aperfeiçoamento dos sistemas ecológicos e sociais de suas atividades (Schneider; Meins, 2012). Com isso, a educação ambiental é um dos pilares do desenvolvimento sustentável e contribui para a criação de novos paradigmas de desenvolvimento sustentável.

Apesar disso, o profissional contábil, embora desempenhe um papel extremamente importante na informação para tomada de decisão dentro de uma empresa, ainda não está plenamente capacitado para tomar decisões dentro de uma empresa pautada na Contabilidade Ambiental, numa perspectiva interdisciplinar, crítica e reflexiva (Crepaldi; Carvalho; 2009).

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, reforça o argumento de que os cursos universitários devem ser capazes de atender às necessidades das sociedades em geral. Em seu artigo 43, inciso VI, a lei afirma que a educação visa estimular a compreensão dos problemas do mundo atual, sobretudo os de natureza nacional e regional, oferecer serviços especializados à comunidade e estabelecer uma relação de reciprocidade com ela.

Uma pesquisa realizada por Calixto (2006) revelou que poucas instituições de ensino superior no Brasil, naquela época, ofereciam a disciplina de contabilidade ambiental em sua matriz curricular, no programa de graduação, e, quando o faziam, a colocavam como optativa. Segundo Fahl e Manhani (2006, p. 26):

O planejamento profissional é o alicerce da mudança e os pilares são a adequação do ensino da Contabilidade à nova realidade e o salto qualitativo na formação do profissional através da adoção de disciplinas mais voltadas à realidade do mercado e com a introdução de metodologias de ensino mais diversificadas e eficazes.

Em Minas Gerais, um estado com uma vasta rede de instituições públicas de ensino superior, a adoção da contabilidade ambiental pode trazer benefícios significativos.

2.2 Evidências empíricas

A contabilidade ambiental vem sendo ensinada de forma específica em inúmeras instituições ao redor do mundo, mostrando a crescente relevância em práticas sustentáveis. Na Espanha, um estudo analisou como as universidades públicas e privadas estão incluindo a sustentabilidade na ementa acadêmica, incluindo planos de ensino e práticas de governança (Bautista-Puig; Sanz-Casado, 2021). O estudo mostrou que a implementação da contabilidade ambiental está mais centrada nas Universidades Públicas Espanholas. A metodologia desse estudo baseou-se na análise de documentos institucionais.

No Brasil, a Contabilidade Ambiental vem sendo incluída nos currículos das universidades brasileiras, especificamente nas instituições públicas. Estudo exploratório de Calixto (2006) evidenciou que em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, a disciplina é optativa, corriqueiramente associada a temas de sustentabilidade e responsabilidade social. Todavia, ainda existem dificuldades significativas quanto ao ensino da contabilidade ambiental para que se torne amplo e obrigatório nos cursos de Ciências Contábeis. O estudo indicou que a inserção dessa disciplina se relaciona com o amplo interesse das universidades na formação profissional alinhada às práticas de sustentabilidade.

De acordo com Mathews (1997), a disciplina de Contabilidade Ambiental tem sido incluída nas instituições de ensino superior em países como Estados Unidos, Reino Unido e Austrália. Cada instituição molda a abordagem ao seu contexto, com algumas universidades focadas mais em auditoria ambiental e outras em relatórios de sustentabilidade. O método de ensino varia, englobando desde a incorporação de disciplinas de contabilidade geral até optativas específicas. As abordagens mostram a dedicação global para preparar futuros contadores com uma visão mais abrangente da sustentabilidade empresarial.

3 METODOLOGIA

Quanto ao objetivo de pesquisa, caracteriza-se como pesquisa documental e comparativa com enfoque na análise das grades curriculares, ementas e planos dos Cursos de Ciências Contábeis das Instituições Públicas de Ensino Superior situadas no Estado de Minas. A pesquisa foi realizada por consulta aos websites institucionais das universidades a fim de identificar a presença da disciplina de Contabilidade Ambiental e verificar como ela está inserida nos currículos dos cursos.

3.1 Fontes de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de consulta aos websites das Universidades Públicas de Minas Gerais entre os meses de Julho e Agosto de 2024. Foram acessados documentos oficiais como matrizes curriculares, ementas das disciplinas e planos de ensino disponíveis ao público, com o intuito de verificar como a disciplina da Contabilidade Ambiental está inserida nos currículos.

3.2 Procedimento de coleta

Foi realizada em duas etapas:

- I. **Análise das Grades Curriculares Antigas e Atuais:** As grades curriculares antigas e atuais, disponíveis nos websites das universidades, foram comparadas para verificar a inserção da disciplina de Contabilidade Ambiental.
- II. **Exames das Ementas e Planos de Ensino:** Foram analisados as ementas e planos de ensino para identificação da abordagem pedagógica, bem como sua obrigatoriedade ou optatividade da disciplina nos cursos.

3.3 Critério de análise

A análise foi realizada com base nos seguintes critérios:

- I. **Presença da Disciplina de Contabilidade Ambiental:** Se está presente no currículo e se é obrigatória ou optativa.
- II. **Conteúdo programático:** com o objetivo de compreender como a Contabilidade Ambiental é abordada em cada instituição.

- III. **Comparação entre grades curriculares:** Comparação entre grades curriculares antigas e atuais, para identificar como a disciplina Contabilidade Ambiental é abordada.

3.4 Instituições analisadas

As instituições analisadas foram as seguintes:

1. Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG);
2. Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES);
3. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF);
4. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
5. Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ);
6. Universidade Federal de Uberlândia (UFU);
7. Universidade Federal de Viçosa (UFV);
8. Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

A seleção dessas universidades se justifica pela representatividade e relevância no cenário educacional estadual. A análise documental permitiu a presença e a forma de abordagem da disciplina de Contabilidade Ambiental nos currículos dessas instituições. De acordo com Yin (2018), esse tipo de análise é capaz de reunir informações detalhadas e contextuais, essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

3.5 Diretrizes Curriculares Nacionais

Foi realizada uma análise detalhada das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Ciências Contábeis, conforme Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024. Essas diretrizes estabelecem as competências e habilidades esperadas dos egressos, mas não determinam a obrigatoriedade de uma disciplina específica dedicada à Contabilidade Ambiental. A ausência de uma menção explícita a essa disciplina nas DCNs guiou a investigação sobre como as universidades públicas de Minas Gerais estão incorporando (ou não) esses conteúdos em seus currículos.

3.6 Revisão de literatura

Além da análise das grades curriculares, a revisão de literatura abordará as questões climáticas para contextualizar a importância da Contabilidade Ambiental no cenário atual. Estudos recentes, como os de Gray, Brennan e Malpas (2014), destacam que as mudanças climáticas estão diretamente relacionadas às práticas contábeis sustentáveis. A inclusão dessa discussão é fundamental para justificar a necessidade urgente de incorporar a disciplina de Contabilidade Ambiental nos currículos universitários.

A revisão de literatura incluirá estudos recentes sobre a Contabilidade Ambiental, abordagens pedagógicas em Ciências Contábeis e políticas educacionais no Brasil. Serão revisadas obras como “*Environmental Accounting and Management*” (Schaltegger *et al.*, 2017), que discutem práticas globais na área, além de artigos publicados em periódicos especializados, como “*Journal of Cleaner Production*”.

3.7 Limitações de pesquisa

As principais limitações encontradas na pesquisa estão relacionadas à dependência dos websites das universidades, uma vez que algumas instituições podem não disponibilizar todos os documentos oficiais atualizados. Isso limita o acesso a informações recentes e detalhadas sobre a oferta da disciplina.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados e discutidos os resultados da análise das matrizes curriculares das Instituições Públicas do Ensino Superior de Minas Gerais da disciplina de Contabilidade Ambiental nos cursos de Ciências Contábeis. A análise foi realizada por meio de consulta aos websites institucionais oficiais, conforme apresentado na metodologia. A seguir, serão apresentadas as análises detalhadas de cada instituição, destacando as peculiaridades de cada abordagem.

4.1 Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

A análise da UEMG releva que os três *campi* – Abaeté, Cláudio e Passos – adotam abordagens diferentes na inclusão da Contabilidade Ambiental em sua matriz curricular, se adaptando às questões regionais e econômicas de cada local. O Quadro 2 apresenta um resumo e, em seguida, a análise.

Quadro 2 – Inclusão da Contabilidade Ambiental nos *campi* da UEMG

Cidade	Período de Oferta	Nome da disciplina	Obrigatoriedade
Abaeté	2	Responsabilidade Socioambiental	Sim
Cláudio	8	Contabilidade Social e Ambiental	Sim
Passos	8	Contabilidade Rural e Ambiental	Sim

A disciplina Contabilidade Socioambiental ofertada no segundo período no *campus* de Abaeté sugere uma atenção precoce às questões ambientais na formação dos graduandos. Sua inserção no início do curso possibilita que os estudantes tenham conhecimento dos conceitos básicos de sustentabilidade ambiental. Em se tratando da obrigatoriedade da disciplina, reforça o compromisso institucional na formação de profissionais com um entendimento fundamental das práticas e impactos das práticas empresariais no meio ambiente.

No que diz respeito à Contabilidade Social e Ambiental, disciplina obrigatória no *campus* de Cláudio, presente na matriz curricular no último período (oitavo), proporciona uma consolidação dos conhecimentos adquiridos durante o curso, permitindo aos alunos aplicar os conhecimentos teóricos no contexto mais prático e voltado para a realidade ambiental.

Por outro lado, a disciplina Contabilidade Rural e Ambiental, na cidade de Passos, também no oitavo período, tem foco específico na área rural. A inserção da contabilidade

ambiental em um contexto agrícola é uma adaptação às necessidades regionais, já que é forte na região e na economia local.

Uma análise mais detalhada dos três *campi* da UEMG revela formas diferentes e estratégicas na integração da Contabilidade Ambiental, sendo adaptada às realidades econômicas e sociais na região de cada *campus*. Porém, o período de cada disciplina e o foco de cada *campus* reforça questões sobre a uniformidade na formação dos graduandos dentro de uma mesma instituição. Seria importante considerar uma possível padronização ou uma matriz curricular base que inclua sobre aspectos ambientais de forma transversal ao longo da graduação. Além disso, práticas integradas junto a projetos de extensão com empresas locais, ou até mesmo parcerias, complementariam a formação teórica, permitindo a prática.

4.2 Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

A Unimontes, ao contrário de outras instituições que ofertam uma disciplina específica de Contabilidade Ambiental, integra os tópicos da área dentro da disciplina de Contabilidade Geral III. No entanto, embora essa integração acarrete uma visão completa das questões ambientais na contabilidade, existem restrições evidentes. Esse modelo pode gerar uma inferioridade à formação específica de seus alunos, principalmente a formação especializada na área.

Diante disso, seria importante considerar a possibilidade da inclusão de uma disciplina específica voltada para a área ambiental na matriz curricular, abrindo a possibilidade para que alunos que possuem interesse tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos na área.

4.3 Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

A disciplina de Contabilidade e Responsabilidade Social e Ambiental é ofertada de forma optativa, sendo exigido como pré-requisito Estrutura das Demonstrações Contábeis. A exigência desse pré-requisito é primordial para assegurar que os universitários já tenham um domínio dos relatórios contábeis antes de se aprofundarem nos temas de responsabilidade ambiental. Isso assegura que estejam capacitados para incluírem indicadores de sustentabilidade e responsabilidade social nos relatórios contábeis.

4.4 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

A Contabilidade Social e Ambiental é ofertada no décimo período e se mantém constante nas grades curriculares analisadas desde 2009.

4.5 Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)

A disciplina Contabilidade Socioambiental obrigatória no oitavo período inclui tópicos atualizados sobre sustentabilidade e responsabilidade social. Com o pré-requisito de Contabilidade Geral II, garante que os graduandos possuem conhecimentos sólidos em assuntos mais complexos, como o balanço social, plano de contas ambiental e as demonstrações do valor adicionado.

Seguindo tal lógica, a disciplina é a base para formação dos futuros contadores, para atuarem em um mercado que está cada vez mais focado na sustentabilidade e na responsabilidade socioambiental. A inserção de temas como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o relato integrado demonstra que o curso está atualizado com as demandas globais por transparência e práticas sustentáveis.

4.6 Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Ao analisar o currículo do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), verificou-se a ausência da disciplina de Contabilidade Ambiental. Ainda que a faculdade contemple disciplinas basilares na formação do universitário, como a Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos e Contabilidade Gerencial, o enfoque sobre temas ambientais dentro da contabilidade não foi identificado.

4.7 Universidade Federal de Viçosa (UFV)

A disciplina Contabilidade Socioambiental optativa é ofertada como pré-requisito de Contabilidade Financeira III. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis, a atenção relacionada à degradação ambiental é integrada à matriz curricular. Segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharel em Ciências Contábeis da UFV, incorpora a educação ambiental de forma transversal, contínua e permanente, conforme a

exigência da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.

Nesse contexto, a disciplina de Contabilidade Socioambiental, integrante da matriz curricular do curso, em seu conteúdo programático, aborda assuntos como responsabilidade ambiental e social, normas contábeis aplicáveis e formas de evidenciação de impactos socioambientais, oferecendo uma base sólida.

A importância do pré-requisito da Contabilidade Financeira III para matrícula na disciplina de Contabilidade Socioambiental desempenha papel fundamental, pois fornece base sólida para análise de relatórios financeiros interligado à compreensão das demonstrações contábeis, balanço patrimonial, demonstração de resultados e demonstração de fluxo de caixa. Tal conhecimento é primordial para a compreensão sobre como as atividades financeiras da organização refletem suas ações e impactos na sociedade e no meio ambiente.

É importante reforçar que a exigência da Contabilidade Financeira III como pré-requisito para Contabilidade Socioambiental garante que os alunos estejam tecnicamente capacitados para lidar com os desafios financeiros e gerenciais na responsabilidade socioambiental.

4.8 Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

A análise das grades curriculares de 2017 e 2019 mostra uma evolução na abordagem da Contabilidade Ambiental no Curso de Ciências Contábeis. No ano de 2007, a disciplina era ofertada de forma optativa, sendo pré-requisito a conclusão da disciplina Contabilidade Geral II. Não há menção das diretrizes específicas que orientam o conteúdo programático, refletindo uma abordagem mais limitada.

Em 2019, foi reformulada e denominada Contabilidade Social e Ambiental, mantendo-se optativa, entretanto, agora como pré-requisito de Contabilidade IV. Essa mudança foi a inclusão dos fundamentos legais, como referência à Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental. Essa mudança reflete em um alinhamento às exigências da educação ambiental, evidenciando a importância das questões ambientais no âmbito da contabilidade.

Após a análise individual das instituições com o intuito de facilitar a comparação entre as diferentes instituições, foi elaborado um quadro comparativo que resume a presença e a abordagem da disciplina de Contabilidade Ambiental nas matrizes curriculares dos cursos

de Ciências Contábeis das universidades analisadas. O Quadro 3 apresenta informações de forma estruturada, permitindo uma visão clara das práticas adotadas por cada instituição.

Quadro 3 – Práticas referentes à disciplina Contabilidade Ambiental adotadas por cada instituição de ensino superior

Instituição	Disciplina Contabilidade Ambiental	Obrigatória ou Optativa	Nome da Disciplina	Observações Específicas
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	Sim	Obrigatória Não tem pré-requisito	Contabilidade Social e Ambiental	Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)	Não	Não se aplica	Não há menção específica de disciplinas voltadas para a Contabilidade Ambiental na matriz curricular	O foco é na formação em áreas tradicionais da contabilidade, como Contabilidade Geral, Auditoria e Perícia Contábil
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Sim	Optativa Possui pré-requisito	Contabilidade e Responsabilidade Social e Ambiental	A disciplina é opcional, permitindo aos alunos que optem por se aprofundar nas questões ambientais dentro da contabilidade.
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Sim	Obrigatória Não tem pré-requisito	Contabilidade Social e Ambiental	Responsabilidade social e ambiental na grade curricular
Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	Sim	Obrigatória Não tem pré-requisito	Contabilidade Socioambiental	Responsabilidade social e ambiental nas práticas contábeis
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Não	Não se aplica	Não há menção específica de disciplinas voltadas para a Contabilidade Ambiental na matriz curricular	A base matriz curricular está em áreas de contabilidade.
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Sim	Optativa Possui pré-requisito	Contabilidade socioambiental	Disciplina opcional, podendo proporcionar a oportunidade de explorar questões socioambientais dentro da contabilidade
Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Sim	Optativa Possui pré-requisito	Contabilidade Social e Ambiental	Disciplina opcional, integração dos temas ambientais e sociais na contabilidade

O estudo sobre a aplicação da Contabilidade Ambiental nas instituições públicas de ensino superior em Minas Gerais revela diversas práticas e desafios enfrentados por essas

instituições. O resultado da consulta via *website* indica que, embora haja um reconhecimento crescente da importância da contabilidade ambiental, sua implementação ainda é incipiente em muitas instituições, e somente algumas possuem sistemas formais de contabilidade ambiental em vigor.

Dentre essas, destaca-se a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que adotou um sistema mais robusto para monitoramento e reporte dos impactos ambientais (Silva *et al.*, 2022). Em uma análise mais detalhada, as principais dificuldades enfrentadas pelas instituições incluem a falta de treinamento específico para profissionais da área contábil e a ausência de regulamentações claras que orientem a prática da contabilidade ambiental no setor público (Ferreira, 2023).

Esse cenário reflete uma necessidade urgente de capacitação e desenvolvimento de política específica. No entanto, algumas iniciativas positivas foram identificadas. A Universidade Federal de Viçosa (UFV), por exemplo, tem investido em projetos piloto para incorporar indicadores ambientais em seus relatórios financeiros anuais (Pereira; Santos, 2021).

Ouro ponto relevante identificado foi a falta de padronização nos relatórios ambientais. Diversas instituições utilizam metodologias diferentes, o que dificulta a comparação e análise. De acordo com Costa e Souza (2022), a adoção de padrões internacionais poderia facilitar essa padronização e melhorar a qualidade das informações reportadas.

Além disso, verificou-se uma carência significativa na capacitação dos profissionais envolvidos com a Contabilidade Ambiental. No entanto, conforme apontado por Lima (2019), ainda há uma resistência cultural que impede uma integração plena dessas práticas no cotidiano administrativo das instituições.

Por fim, os resultados da revisão bibliográfica e análise curricular das instituições indicam que as políticas públicas têm um papel fundamental na promoção da contabilidade ambiental nas universidades públicas mineiras. Segundo Mendes (2018), incentivos governamentais específicos podem acelerar significativamente esse processo, promovendo um ambiente mais favorável para o desenvolvimento sustentável no setor educacional público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da Contabilidade Ambiental na matriz curricular das Instituições Públicas de Ensino Superior de Minas Gerais mostra uma gradual propensão de adaptação das Universidades às exigências globais por práticas sustentáveis. O estudo das grades curriculares atesta que, apesar de determinadas instituições já terem implementado a disciplina como obrigatória ou optativa, ainda existem entrelinhas a serem preenchidas.

Em relação às afirmativas, a falta da uniformização na oferta da disciplina, agregada à ausência de diretrizes claras nas Diretrizes Curriculares Nacionais, dificulta a adoção uniforme da Contabilidade Ambiental. No entanto, iniciativas como a da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresentando uma abordagem mais robusta na monitoração e reporte de impactos ambientais, destacam-se como exemplos positivos a serem seguidos por outras instituições.

O resultado deste estudo apresenta uma necessidade na capacitação de profissionais e um enfoque maior na área de sustentabilidade. As instituições analisadas possuem a chance de colaborar diretamente na formação acadêmica dos estudantes de contabilidade, mais conscientes e preparados para o mercado de trabalho. Além disso, a inserção representa a adequação às políticas públicas globais, mas também uma resposta às exigências do mercado de trabalho para adequações ambientais.

A partir das menções anteriores, é recomendado que as universidades revisem suas matrizes curriculares, a fim de promover e integrar com mais efetividade na área da contabilidade ambiental em suas disciplinas e incentivar projetos de extensão, conectando a prática em contextos reais.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, L. A.; SILVA, M.C. A.; NISHIJIMA, T. Educação ambiental e os sistemas de gestão ambiental no desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 734–740, jun./jul., 2012. DOI: 10.5902/223611704198.

ALVES, J. L.; BORBA, J. A.; ROVER, S. A evidenciação do passivo ambiental: quantificando o desconhecido. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 1, n. 5, p. 41–58, jan./jun., 2006.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

BARTELMUS, P. How bad is climate change? **Environmental Development**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 53–62, jan. 2015.

BAUTISTA-PUIG, N.; SANZ-CASADO, E. Sustainability practices in Spanish higher education institutions: An overview of status and implementation. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 295, p. 126320, may. 2021.

BONELLI, V. V. **Contribuição ao estudo da Contabilidade ambiental: proposta de um modelo de controle gerencial**. 2002. 141 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo – FACESP da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_1dbn1.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024.

CALIXTO, L. O ensino da contabilidade ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório. **Revista Universo Contábil**, v. 2, n. 3, p. 65–78, jan./mar., 2006. DOI: <https://doi.org/10.4270/ruc.20062>.

CALIXTO, L. Estudos de caso sobre custos ambientais: ênfase nos procedimentos metodológicos. **RAM – Revista de Administração**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 87–109, mar./abr., 2009.

CARNEIRO, J. D.; RODRIGUES, A. T. L.; SILVA, A. D.; FRANÇA, J. D.; ALMEIDA, J. D.; MORAI, M. D. **Matriz curricular para cursos de ciências contábeis**. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2017.

CREPALDI, S. A.; CARVALHO, N. C. de. A importância da formação do contador para o desempenho das práticas de contabilidade ambiental. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 51, p. 27–42, 2009.

COSTA, M.; SOUZA, L. Padrões Internacionais na Contabilidade Ambiental. **Revista Brasileira de Contabilidade Ambiental**, v. 15, n. 4, p. 232–245, 2022.

FAHL, A. C.; MANHANI, L. P. S. As perspectivas do profissional contábil e o ensino da contabilidade. **Revista de Ciências Gerenciais da Anhuera Educacional**, São Paulo, v. 10, n. 12, p. 25–33, 2006.

FARONI, W.; SILVEIRA, S. F. R.; MAGALHÃES, E. A.; MAGALHÃES, E. M. A contabilidade ambiental em empresas certificadas pelas normas ISO 14001 na região metropolitana de Belo Horizonte–MG. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 34, n. 6, p. 1119–1128, ago. 2010.

FERREIRA, A. C. S. F. **Contabilidade ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2023.

FRANCO, H. A Contabilidade na era da globalização. **XV Congresso Mundial de Contadores**, Paris, de 25 a 29/10/1997. São Paulo: Atlas, 1999.

GALVÃO, C. C. A.; TENÓRIO, J. N. B. Um estudo sobre o ensino da Contabilidade Ambiental nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, [S. l.], 2009.

GARCIA, R. S. M.; OLIVEIRA, D. L. Contabilidade Ambiental: história e função. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 23, n. 1, p. 11–16, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, S. S.; HELIODORO, P. A. A contabilidade ambiental como um novo paradigma. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 1, n. 3, p. 81–93, set./dez., 2005.

GRANDO, G.; PERUZZO JÚNIOR, L. **Sustentabilidade e responsabilidade social empresarial**: Uma nova proposta de ecofilosofia empresarial. Programa de Apoio à Iniciação Científica – PAIC. São José dos Pinhais, 2012-2013.

GRAY, R.; BRENNAN, A.; MALPAS, J. New accounts: Towards a reframing of social accounting. **Accounting Forum**, [S.l.], v. 38, n. 4, p. 258–273, 2014.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, R. S. Resistência cultural e sustentabilidade. Desafios na implementação da Contabilidade Ambiental nas Instituições Públicas Brasileiras. **Journal of Environmental Accountability**, v. 12, n. 3, p. 87–200, 2019.

MACHADO, A. de Q. **Licenciamento ambiental**: atuação preventiva do Estado à luz da Constituição da República Federativa do Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

MATHEWS, M. R. Twenty-five years of social and environmental accounting research: is there a silver jubilee to celebrate?. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 10, n. 4, p. 481–531, 1997.

MENDES, J. P. Políticas Públicas e Sustentabilidade. O papel do governo na promoção da contabilidade ambiental em universidades públicas. **Revista de Políticas Ambientais**, v. 10, n. 2, p. 55–70, 2018.

ORSO, T. M. **Análise do nível de conhecimento sobre contabilidade ambiental os contabilistas e Teutônia**. 2015. 72 p. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2015.

PAULA, D. D. de; ROSA, M. C. da; FEIL, A. A. Benefícios e dificuldades na utilização da contabilidade ambiental: revisão sistemática da literatura no Brasil. **Revista Destaques Acadêmicos**, [S. l.], v. 16, n. 1, 2024. DOI: 10.22410/issn.2176-3070.v16i1a2024.3714.

PAVÃO, D.; KRAEMER, M. E. A evolução dos relatórios integrados e seu impacto na gestão empresarial. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 29–44, 2019.

PEREIRA, J. P. R. **Contabilidade Ambiental no Curso de Ciências Contábeis**: estudo de caso na Faculdade Vale do Cricaré-ES. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus, 2015.

PEREIRA, M.; SANTOS, G. H. Projetos pilotos de contabilidade ambiental: o caso da UFV. **Revista Mineira de Ciências Contábeis**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 49–58, 2021.

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2006.

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010

RIBEIRO, K. M. B.; MIRANDA, A. C. Matrix Curricular do Curso de Administração: qual a relevância da temática ambiental na formação do Administrador? **Revista Uniabeu**, [S. l.], v. 4, n. 6, p. 212–231, 2011.

RUSINKO, C. A. Integrating sustainability in higher education: a generic matrix. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, Pennsylvania, v. 11, n. 3, p. 250–259, 2010.

SANTOS, A. S. dos **Contabilidade**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

SCHNEIDER, A.; MEINS, E. Two dimensions of corporate sustainability assessment towards a comprehensive framework. **Business Strategy and the Environment**, [S. l.], v. 21, n. 4, p. 211–222, may. 2012.

SERPA, D. A. F.; FOURNEAU, L. F. Responsabilidade social corporativa: uma investigação sobre a percepção do consumidor. **Revista de Administração Contemporânea**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 83–103, jul. 2007.

SINGER, P. O meio ambiente. *In*: SINGER, P. **Ética prática**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SILVA, A. R.; CRUZ, C. V. O. A. A importância da Contabilidade Ambiental no mundo globalizado. **Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2015. DOI: 10.17921/2448-2129.2007v8n1p%p.

SILVA, I. C.; CORREIA, J. J. A.; GOMES FILHO, A. S. Nível de conhecimento discente acerca da contabilidade ambiental. **Business Journal**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 28–38, jan. 2020. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2674-6433.2019.001.0003>.

SILVA, V. J. da. A Conferência de Estocolmo e o início do movimento ambiental global. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 45–67, 2010.

SILVA, D. E.; FERREIRA FILHO, J. A.; MARTINS JUNIOR.; W. C. R. Capacitação Profissional como fator determinante na implementação da Contabilidade Ambiental em Universidades Públicas Brasileira: Um estado de Caso em MG. **Revista Contemporânea de estudos Ambientais e Sustentáveis**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 33–47, 2022.

SOUZA, V. P.; VANZO, G. de F. dos S. Um estudo sobre a influência da disciplina contabilidade social ou ambiental na formação profissional e social dos futuros contadores, de acordo com a percepção dos graduandos dos cursos de ciências contábeis. *In: 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade*, 2008.

SOUZA, J. F. V. de. Percepções sobre a apropriação da Natureza pelo Homem, Globalização e Desenvolvimento Sustentável. *In: XXIII Encontro Nacional do CONPEDRI-Repensando o Direito: Desafios para a Construção de novos paradigmas*. Florianópolis Boiatex, v. 3, p. 153–173, 2014.

SOUZA, V. R.; RIBEIRO, M. de S. Aplicação da contabilidade ambiental na indústria madeireira. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, n. 35, p. 54–67, maio/ago. 2004.

SCHALTEGGER, S. B. M.; BURRITT R. L. **Environmental management accounting for cleaner production**. Berlim: Springer Science & Business Media, 2017.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século **XXI Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 15–28, 2010.

YIN, R. K. **Case study research and applications: Design and methods**. Thousand Oaks: Sage, 2018.